



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**EDITAL PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2020**

Assunto: Chamamento Público para Credenciamento

**O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio** torna pública a abertura do processo de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas interessadas em realizar a prestação do serviço de comercialização de alimentos e souvenir no Parque Nacional de Sete Cidades a partir dos critérios estabelecidos neste edital. Essa prestação de serviço deverá atender ao disposto pelas determinações constantes na Portaria nº 771 de 10 de dezembro de 2019, das demais legislações que o fundamentam e às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

**1.1** Este documento tem por objetivo fornecer aos interessados na prestação de serviços comerciais de comercialização de alimentos no Parque Nacional de Sete Cidades sobre o credenciamento as especificações básicas que deverão ser seguidas para o atendimento do objeto deste Edital.

**1.2** Constitui objeto deste Edital o credenciamento para concessão de Autorização de pessoas físicas e jurídicas interessadas em realizar a prestação do serviço de comercialização de alimentos no Parque Nacional de Sete Cidades, cuja natureza jurídica trata-se de um ato administrativo unilateral de caráter precário e oneroso.

**1.3** Conforme disposto na Portaria nº 771 de 10 de dezembro de 2019, entende-se que a comercialização de alimentos realizada por prestadores de serviço autorizados em unidades de conservação federais compreende a venda direta, em caráter permanente ou eventual, de modo estacionário ou não, conforme as seguintes categorias de equipamentos:

**I - Categoria A:** alimentos comercializados em veículo automotor ou rebocável adaptado, com o comprimento máximo de 6,3 m (seis metros e trinta centímetros) considerada a soma do comprimento do veículo e do reboque, e com a largura máxima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), com instalações

que propiciem o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação e armazenamento de alimentos, com sistema autônomo de água e depósito dos respectivos resíduos líquidos gerados;

**II - Categoria B:** alimentos comercializados em veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, correspondente a uma bicicleta adaptada com o comprimento máximo de 3,3 m (três metros e trinta centímetros) considerada a soma do comprimento da bicicleta e do reboque, e com a largura máxima de 1,20m (um metros e vinte centímetros), para o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação e armazenamento de alimentos;

**III - Categoria C:** alimentos comercializados em espaços físicos da unidade, adaptados para o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação e armazenamento de alimentos podendo ser associado com a venda de souvenirs e outros produtos de necessidade para o visitante;

**IV - Categoria D:** alimentos comercializados em carrinhos ou tabuleiros, assim considerados os equipamentos tracionados, impulsionados ou carregados pela força humana, com área máxima de 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado), não incluindo manipulação de alimentos.

**1.4** A área ocupada pelo prestador de serviço poderá ser complementada com uma área para consumação, com estruturas como toldos retráteis, cadeiras e mesas, toalhas e almofadas, respeitado os limites de tamanho máximo de:

I - Categoria A: 40 metros quadrados contíguos;

II - Categoria B: 20 metros quadrados contíguos;

III - Categoria C: 20 metros quadrados contíguos;

IV - Categoria D: sem área de consumação prevista.

**1.5** A disposição das estruturas para consumação não deve, em qualquer hipótese, dificultar o trânsito de visitantes e veículos na unidade de conservação.

**1.6** Os pontos de ancoragem e cabos de fixação de tendas removíveis devem ser constituídos de materiais revestidos e devidamente sinalizados, não podendo apresentar riscos a terceiros.

**1.7** Informações gerais da unidade de conservação:

O Parque Nacional de Sete Cidades foi criado em 8 de junho de 1961 pelo Decreto Federal Nº 50.744. É “composto por formações rochosas esculpidas pela água e pelo vento ao longo de 190 milhões de anos, possui uma rica e diversificada flora e fauna e reporta a pré-história para seus visitantes. Ao andar pelas cidades de pedra se reconhecem as marcas de civilizações de 6 mil anos atrás, registradas em pinturas rupestres. Seus conjuntos rochosos sugerem formas de animais, de personagens históricos, objetos e o que mais a imaginação permitir enxergar. Além do passeio pelas pedras, há ainda piscinas naturais e a cachoeira do Parque”

O Parque Nacional de Sete Cidades localiza-se nos municípios de Brasileira e Piracuruca, no Estado do Piauí. Possui uma área demarcada de 6.221,48 ha e um perímetro de 36,2 km, segundo seu Plano de Manejo, datado de 1979. Sendo seus limites de áreas: ao Leste, nas linhas perimetrais divisórias com a Data Melancias e Sobra Bom Sucesso; ao Norte, com as glebas denominadas Suçuarana e Boqueirão; a Oeste, com as glebas denominadas Bananeiras e Extremas; e ao Sul, com a Data Baixa Comprida.

A característica da vegetação fauna do Parque é composta por inúmeras espécies de aves, a exemplo do jacu, seriema, papagaio, sabiá, periquito, coruja, canário, dentre outras, além de várias espécies de animais de pequeno e médio porte, tais como as onças jaguatirica, gato maracajá, veado, tatu peba, mocó, raposa e iguana.

O Parque Nacional de Sete Cidades dispõe de um banco de dados referente a sua visitação desde o ano de 1980 até hoje, porém o plano de manejo da unidade já relatava que em 1972 possuiu aproximadamente 4.200 visitantes e em 1976 esse número havia aumentado para 7.200. Então a visitação na unidade é uma atividade que vem ocorrendo desde a sua criação e que precisa de novas atividades para fortalecer o turismo.

## **2. DAS CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO**

**2.1.** Os interessados poderão habilitar-se para o presente Credenciamento, apresentando a seguinte documentação:

### **2.1.1 Pessoa Física (somente para categoria D)**

I – Requerimento de Autorização, devidamente preenchida e assinada conforme Anexo I – modelo Pessoa Física, indicando dados do prestador de serviço, grupo de alimentos a serem comercializados, conforme Item 3 deste edital, *local de interesse* e os dias e períodos requeridos para o funcionamento;

II – Fotocópia do RG e do CPF do prestador de serviço;

III – Fotocópia do comprovante de residência;

IV- Declaração do prestador de serviço comprometendo-se a cumprir a legislação ambiental, as normas e regulamentos vigentes e necessários para a execução do serviço, bem como o estabelecido neste Edital e em sua respectiva Portaria, devidamente preenchida e assinada conforme Anexo III;

### **2.1.2 Pessoa Jurídica: (Todas as categorias)**

I - Requerimento de Autorização, devidamente preenchida e assinada conforme Anexo II - modelo Pessoa Jurídica, indicando dados do prestador de serviço e auxiliares, equipamento a ser utilizado; grupo de alimentos a serem comercializados, conforme Item 3 deste edital, local de interesse e os dias e períodos requeridos para o funcionamento;

II - Fotocópia do CNPJ, RG e CPF do responsável legal da empresa;

III - Declaração do prestador de serviço comprometendo-se a cumprir a legislação ambiental, as normas e regulamentos vigentes e necessários para a execução do serviço, bem como o estabelecido neste Edital e em sua respectiva Portaria, devidamente preenchida e assinada conforme Anexo III;

IV - Certificado do Corpo de bombeiros para a categoria A e C;

V - Certificado do Curso de Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentação em nome dos sócios da pessoa jurídica e dos auxiliares que prestarão serviço na unidade;

VI – Proposta de implementação do espaço para o serviço de alimentação e souvenir para a categoria C.

**2.2** Não poderão participar da habilitação, pessoas físicas e jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, enquanto perdurar o prazo estabelecido na sanção aplicada.

**2.3** Somente poderão ser habilitados, maiores de 18 (dezoito) anos de idade.

**2.4** O prestador de serviço deverá encaminhar a documentação:

**2.4.1** Em face as medidas preventivas recomendadas pelo Governo Federal contra a disseminação da infecção respiratória COVID-19, a qual foi classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia, o envio das documentações deverá ser feito somente por via eletrônica, para o endereço eletrônico: [parnasetecidades@icmbio.gov.br](mailto:parnasetecidades@icmbio.gov.br);

### **3. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO**

**3.1** O presente edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por prazo indeterminado, observado o interesse público e os princípios gerais da administração pública.

**3.2** As datas para solicitação da habilitação serão abertas conforme calendário abaixo e disponibilidade de vagas:

<b>Fase</b>	<b>Datas</b>
Habilitação	10/04/2020 a 29/05/2020
Resultado habilitação	08/06/2020
Prazo recursal	09/06/2020 a 12/06/2020
Resposta aos recursos e resultado final da habilitação	15/06/2020
Emissão da autorização	16/06/2020 a 19/06/2020
Publicização dos autorizados, do cadastro de reserva e calendário	26/06/2020

**3.3** A lista de habilitados estará disponível em até 30 dias úteis após o término do período de credenciamento neste edital, na sede administrativa do Parque Nacional de Sete Cidades, nos portões norte e sul da unidade e nos endereços eletrônicos: <http://www.icmbio.gov.br/portal/licitacoes1/editais?id=10792:editais-diversos->

2020 , e <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2133-parna-de-sete-cidades>.

**3.4** Qualquer prestador de serviço que se enquadre nas condições elencadas neste Edital, durante o prazo de vigência, nas datas indicadas para a habilitação e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, pode solicitar seu credenciamento.

**3.5** As datas indicadas neste edital, no item 3.2, poderão ser alteradas conforme interesse e necessidade da unidade sendo que as datas válidas serão afixadas em locais de ampla divulgação incluindo a sede da unidade e na página do ICMBio no link:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/licitacoes1/editais?id=10792:editais-diversos-2020> e <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2133-parna-de-sete-cidades>.

## 4. DO CREDENCIAMENTO

**4.1** Após o processo de habilitação, o ICMBio, por meio da unidade de conservação ou comissão a ser instituída, analisará a documentação e, quando do atendimento de todos os requisitos e normas estabelecidas nesse Edital, emitirá a Autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos (Anexo IV).

**4.2** Serão credenciados quantos prestadores de serviços atenderem aos requisitos do credenciamento aqui estabelecidos, assim como em seus anexos.

**4.3** A Autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos é um documento pessoal e intransferível.

**4.4** A Autorização será condicionada às datas especificadas no Ato não sendo permitido, portanto, o prestador de serviço operar em datas diferentes que as autorizadas.

**4.5** A Autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos será válida por um período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua emissão, devendo haver nova chamada e sorteio após finalizado o tempo de vigência da Autorização.

**4.6** No interesse da Administração e por decisão justificada, a Autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante notificação ao Autorizado com 30 (trinta) dias de antecedência, não lhe sendo devido qualquer espécie de indenização, considerando o disposto nesta Portaria.

**4.7** São requisitos para renovação da Autorização para prestação de serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação:

I – Manifestação formal do prestador de serviço à administração da unidade de conservação com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do término da Autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação, conforme calendário indicado pela unidade.

II – Inexistência de pendências ou restrições em nome do prestador de serviço, junto a unidade de conservação.

III – Fotocópia do comprovante de residência, caso haja mudança de endereço.

**4.8** Caso o autorizado não tenha mais interesse na continuidade da prestação do serviço na unidade, deverá comunicar o fato à administração da unidade de conservação, por escrito, para o devido cancelamento da Autorização.

## **5. DOS GRUPOS DE ALIMENTAÇÃO**

**5.1** Durante o processo de habilitação, os prestadores de serviço deverão indicar qual grupo de alimentação o mesmo tem interesse de comercializar na unidade de conservação conforme disposto abaixo:

I – Grupo 1: Lanches rápidos como pizza, sanduíches, pastel, cachorro quente, salgados entre outros

II – Grupo 2 – Refeições como massas entre outros pratos prontos;

III – Grupo 3: Lanches especiais como alimentos vegetarianos, veganos, sem glúten ou lactose entre outros;

IV – Grupo 4: Sobremesas e complementos como doces, sorvetes, açaí, cafés entre outros.

**5.2** O prestador de serviço deverá indicar apenas um grupo, categorizado como o perfil predominante, para fins de participação no sorteio caso o número de candidatos às vagas disponíveis for maior que o limite estabelecido pela unidade de conservação em calendário, não sendo excluído comercializar itens dos demais grupos aqui definidos.

**5.3** Poderão ser autorizados para a comercialização no interior das unidades de conservação, alimentos preparados e produtos alimentícios industrializados prontos para consumo, sejam estes produtos e alimentos perecíveis ou não perecíveis.

**5.3.1** Somente será permitida a comercialização de produtos ou alimentos perecíveis mediante a disponibilização de equipamentos específicos, em número suficiente, que garantam as condições especiais de conservação dos alimentos resfriados, congelados ou aquecidos.

**5.3.2** Não será permitida a comercialização de churrasco e outros produtos que demandem o uso de churrasqueira.

## **6. DA OPERAÇÃO**

**6.1** As atividades desenvolvidas sob o âmbito dessa Autorização limitam-se ao serviço de comercialização de alimentos devendo respeitar locais especificamente autorizados e as normas internas da unidade de conservação, sem prejuízo das demais restrições previstas em lei ou seus regulamentos.

**6.1.1** As categorias, grupos de alimentação, locais, datas e número de vagas disponibilizadas para o fornecimento de alimentação estarão distribuídas da seguinte forma:

Categoria	Grupo de alimentação	Local*	Número de vagas por dia	Data
A	1 2 3 4	Dependências do centro de visitantes	4	Todos os dias de funcionamento do Parque.
B	4	Área de Uso Público	7	Todos os dias de funcionamento do Parque.
C	1 2 3 4	Lanchonete e loja de conveniências	2	Todos os dias de funcionamento do Parque.
D	4	Área de Uso Público	7	Todos os dias de funcionamento do Parque.

**6.2** Os horários de venda de alimentação deverão ocorrer entre 08h às 17h nos dias de funcionamento do Parque Nacional de Sete Cidades, sendo que até às 17h todas as atividades deverão ter sido encerradas, inclusive com limpeza e desocupação do local.

**6.3** Nos casos de utilização de veículos para o transporte de alimentos e estruturas, o deslocamento dos veículos deverá ocorrer antes e após o horário de visitação e deverá ser informado no formulário de solicitação.

**6.4** Caso o número de candidatos às vagas disponíveis for maior que o limite estabelecido pela unidade de conservação no **QUADRO 1. Das vagas** e havendo 6 (seis) ou mais candidatos por vaga, será promovido o escalonamento das vagas mediante sorteio utilizando a seguinte metodologia

**6.4.1** Os habilitados terão como número para o sorteio, os três primeiros dígitos do CPF ou CNPJ informado em cadastro;

**6.4.2** Na extração da Loteria Federal do dia 09/05/2020, os ganhadores de cada série serão identificados pelo número formado pela unidade simples do 1º ao 3º prêmio da Loteria Federal, lidos verticalmente de cima para baixo.

Por exemplo, caso a extração da Loteria Federal do dia 09/05/2020 seja:

1º prêmio 16.213

2º prêmio 89.725

3º prêmio 25.873

**6.4.3** A seleção, no exemplo acima, caberia aos portadores dos números mais próximos de **353**, contemplando os números imediatamente superiores e alternadamente, os imediatamente inferiores totalizando o número de vagas indicadas neste edital.

**6.4.4** Caso a extração da Loteria Federal prevista neste período deixe de ser realizada, será utilizado o resultado da próxima extração que venha a ser feita pela Loteria Federal.

**6.4.5** O resultado do sorteio será disponibilizado na página do ICMBio no endereço:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/licitacoes1/editais?id=10792:editais-diversos-2020>

**6.4.6** Os sorteados deverão manifestar interesse na Autorização com base nas datas e condições apresentadas pela unidade de conservação em até 5 (cinco) dias da divulgação do resultado.

**6.4.7** - Os contemplados ficam impedidos de participar do sorteio subsequente, contudo, poderão obter nova autorização ou ter a autorização prorrogada caso o número de prestadores de serviços habilitados e interessados seja inferior ao número de vagas.”

**6.4.8** Quando da realização de cada sorteio, serão sorteados até cinco habilitados além do número de vagas, para fins de cadastro de reserva sendo que estes não serão excluídos de um próximo sorteio.



**6.4.9** O ICMBio poderá propor mudanças nas datas e locais indicados pelo prestador de serviço habilitado oportunizando maior probabilidade de prestação do serviço de comercialização de alimentos na unidade.

**6.5** A visitação, em qualquer área ou atrativo, poderá ser suspensa por ato da chefia do Parque Nacional de Sete Cidades, mediante justificativa técnica, com objetivo de proteção ao patrimônio natural e garantia de segurança aos visitantes.

**6.6** O autorizado deverá portar a cópia da Autorização em local de fácil visualização.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES**

**7.1** Cabe ao prestador de serviço autorizado, as seguintes obrigações:

I - desenvolver seu trabalho regido pela ética e se materializar no desempenho da prestação dos serviços de modo adequado, tendo em vista regramentos da unidade de conservação;

II - tratar cuidadosamente os visitantes aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público com cortesia, moralidade, boa conduta, urbanidade, disponibilidade e atenção;

III - manter os dados do credenciamento e habilitação atualizados;

IV - exercer exclusivamente os serviços previstos na Autorização;

V - exercer a prestação do serviço somente em dias, horários e locais permitidos;

VI - respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

VII - ter conhecimento sobre as áreas da unidade de conservação em que estão previstas atividades de visitação, as normas do(s) atrativo(s) em que irá operar e as regras da unidade de conservação, conforme estabelecido em seu Plano de Manejo, bem como zelar pelo seu cumprimento;

VIII - responsabilizar-se pelos procedimentos em casos de intoxicação alimentar resultantes do alimento comercializado;

IX - zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato à unidade de conservação a utilização indevida por terceiros;

X - orientar os visitantes sobre procedimentos relacionados à coleta, acondicionamento e à deposição do lixo durante a visita, assim como realizar o adequado gerenciamento dos resíduos produzidos durante a operação das atividades no interior da unidade de conservação;

XI - responsabilizar-se por todo resíduo gerado, inclusive aqueles não destinados adequadamente pelos seus clientes;

XII - dar destinação adequada aos resíduos gerados pelos seus clientes;

XIII - exigir dos seus empregados a observância das normas da unidade de conservação, bem como lhes dar ciência de que a Autorização não representa qualquer tipo de vínculo empregatício com a Autarquia;

XIV - responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros e à unidade de conservação;

XV -adotar medidas preventivas para evitar a presença e introdução de vetores e pragas na unidade de conservação.

XVI - permitir a vistoria da área do objeto da Autorização a qualquer tempo para o efetivo exercício da fiscalização;

XVII -ofertar e comercializar alimentos embalados e prontos para consumo na impossibilidade de dispor de equipamento ou estrutura acessível para a higiene das mãos dos manipuladores;

XVIII -comunicar à equipe da unidade de conservação a ocorrência de dano ambiental ou infração presenciada durante a atividade, seja pelo seu grupo ou por terceiros, tão logo seja possível;

XIX -informar imediatamente à gestão da unidade de conservação quaisquer incidentes, acidentes ou outras situações anormais ocorridas;

XX -observar as normas existentes relacionadas à acessibilidade;

XXI -manter os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para operar a prestação de serviço;

XXII -prestar informações à unidade de conservação estatísticas acerca do quantitativo de pessoas atendidas e/ou quantidade de itens comercializados durante o prazo de validade da Autorização;

XXIII - cumprir as normas de postura, higiene, limpeza, saúde pública, segurança pública, trânsito, meio ambiente, nos termos da legislação vigente;

XXIV -não suspender o serviço de comercialização de alimentos durante o horário de funcionamento sem prévia comunicação à unidade de conservação;

XXV -manter em local visível, durante o período de operação, os documentos necessários à identificação e à Autorização de funcionamento do empreendimento, em especial aqueles emitidos pela Vigilância Sanitária;

XXVI -instalar e recolher toda a estrutura móvel e mobiliário como cadeiras, mesas e tendas antes e após a finalização de sua operação;

XXVII -os alimentos preparados fora da unidade de conservação devem possuir identificação (denominação do produto, nome do produtor e endereço), data e hora de preparo, além da temperatura ideal de conservação e validade;

XXVIII -garantir as condições higiênico-sanitárias dos alimentos, observados os requisitos de Boas Práticas e de Procedimentos Operacionais Padronizados estabelecidos nas legislações sanitárias vigentes;

XXIX - implantar boas práticas na comercialização dos produtos, por meio da utilização de materiais biodegradáveis, preferencialmente; da prática do consumo consciente; do incentivo aos consumidores para a redução do uso de descartáveis;

XXX - dispor de instrumentos para destinação adequada dos resíduos sólidos, como separação de resíduos, em tamanho compatível com a quantidade de resíduos gerados;

XXXI -manter conservada e limpa a área de consumação, durante a operação e imediatamente após seu encerramento, responsabilizando-se pela higienização da área designada;

XXXII - possuir depósito de captação dos resíduos líquidos gerados, incluindo de óleo, para posterior descarte, de acordo com a legislação vigente e fora dos limites e proximidades da unidade de conservação;

XXXIII - dispor de sistema próprio de água, limpeza e outros decorrentes da instalação e do uso dos equipamentos além de água potável e com autonomia para atender a necessidade de água durante toda a operação;

**7.2** Para a categoria D, desconsiderar os itens XXVI, XXX e XXXI e XXXII

## **8. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

**8.1** A Autorização para a prestação do serviço de comercialização de alimentos da categoria “C”, utilizadores do espaço físico da Unidade de Conservação (lanchonete) e (Loja), fica obrigado a manutenção da estrutura física, bem como à limpeza diária dos banheiros anexos a área de prestação do serviço;

*I - mutirão de limpeza;*

*II - manutenção da estrutura física das edificações (englobando instalações físicas, hidráulicas sanitárias e elétricas);*

**8.2** A Autorização para a prestação do serviço de comercialização de alimentos para todas as categorias(A,B,C e D) no Parque Nacional de Sete Cidades fica condicionada a realização de 07 dias de serviço sem remuneração por ano, no Parque Nacional de Sete Cidades de algumas das atividades listadas neste item:

I - mutirão de limpeza;

II - manutenção de estruturas;

III – Elaboração de material para realização de campanhas junto aos visitantes, relacionadas a consumo consciente, descarte adequado de resíduos sólidos, redução do tabagismo, etc;

**8.3** A validação da realização das atividades será realizada pelo Parque Nacional de Sete Cidades.

## **9. DAS VEDAÇÕES**

**9.1** Ao prestador de serviço autorizado é vedado:

I - prestar serviços sem a Autorização para comercialização de alimentos emitida pela unidade de conservação;

II - prestar ao visitante, dentro da unidade de conservação, serviços que não estejam devidamente autorizados;

III - utilizar faixas para divulgação do serviço em locais não autorizados;

IV - realizar a prestação do serviço fora das áreas delimitadas e autorizadas pela unidade de conservação;

V - utilizar, expor e divulgar propagandas, material promocional ou de comunicação visual que incentivem a prática de atividades e serviços que não são regulamentadas pela legislação ambiental federal e pelos regulamentos do ICMBio;

VI - instalar estruturas e equipamentos cobrindo sinalização da unidade de conservação, estradas de acesso e trilhas, utilizando árvores dentre outras restrições indicadas pela unidade de conservação;

VII - vender, locar, arrendar ou ceder, a qualquer título, a Autorização;

VIII - alimentar a fauna silvestre, exceto em casos previstos;

IX - molestar a fauna silvestre;

X - realizar tentativas de resgate ou salvamento de fauna sem prévia comunicação com o ICMBio, com exceção dos prestadores de serviço autorizados e capacitados.

XI - abandonar na unidade de conservação ou perímetro dejetos produzidos a partir da prestação do serviço autorizado;

XII - comercializar ou manter em seu equipamento produtos sem inspeção, sem procedência, alterados, adulterados, fraudados e com prazo de validade vencido;

XIII - alterar o equipamento autorizado, sem prévia comunicação à unidade de conservação, que avaliará a necessidade de mudança de categoria do prestador de serviço;

XIV - danificar, perfurar ou alterar permanentemente vias ou calçadas.

**9.2** O não atendimento das obrigações e das vedações poderá gerar as penalidades previstas na Portaria nº 771, de 10 de dezembro de 2019.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1** Os serviços desenvolvidos sob o âmbito dessa Autorização limitam-se à comercialização de alimentos e venda de souvenirs para a categoria C, devendo respeitar locais especificamente autorizados e as normas internas da unidade de conservação, sem prejuízo das demais restrições previstas em lei ou seus regulamentos.

**10.2** O Instituto Chico Mendes dará ampla divulgação deste Edital aos diversos setores interessados.

**10.3** O ICMBio divulgará em seu site os autorizados para operar o serviço de comercialização de alimentos no Parque Nacional de Sete Cidades.

**10.4** Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP, com a devida observância à legislação vigente.

**10.5** Este ato administrativo é de caráter precário por sua natureza e pode ser revogado a qualquer tempo sem ensejar ao prestador de serviço qualquer forma de indenização.

**10.6** Este Edital entra em vigor na data da sua publicação e vigorará por prazo indeterminado, observado o interesse público e os princípios gerais da administração pública.

Piracuruca, 25 de Março de 2019

**WALDEMAR JUSTO DO NASCIMENTO NETO**

Chefe do Parque Nacional de Sete Cidades

**ANEXO I****MODELO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO – Pessoa Física  
CATEGORIA D**

Venho solicitar autorização para a prestação do serviço de comercialização de alimentos no Parque Nacional de Sete Cidades conforme informações prestadas abaixo e documentação apresentada em anexo.

**1. Dados do prestador de serviço:**

Nome do prestador de serviço\*: \_\_\_\_\_

Data de nascimento\*: \_\_\_\_\_

CPF\*: \_\_\_\_\_ RG\*: \_\_\_\_\_

Telefones\*: ( ) \_\_\_\_\_ ; ( ) \_\_\_\_\_

E-mail\*: \_\_\_\_\_

Endereço\*: \_\_\_\_\_

Grupo de alimento predominante a ser comercializado\*\*: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4

Grupo de alimento alternativo a ser comercializado\*\*: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4

( ) piscinas naturais ( ) cidades (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º) ( ) cachoeira

Datas de interesse de comercialização de interesse:

( ) fins de semana ( ) feriado ( ) todos os dias

Haverá a necessidade de uso de veículos para o transporte de estruturas e estoque de suporte ao serviço de comercialização de alimento no interior da unidade de conservação ?

( ) não ( ) sim

\* itens obrigatórios.

\*\* para fins de participação no sorteio caso o número de candidatos às vagas disponíveis for maior que o limite estabelecido pela unidade de conservação em calendário, não sendo excluído comercializar itens dos demais grupos.

---

Local, data e assinatura

**ANEXO II**

**MODELO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO – Pessoa Jurídica  
TODAS AS CATEGORIAS**

Venho solicitar autorização para a prestação do serviço de comercialização de alimentos no Parque Nacional de Sete Cidades conforme informações prestadas abaixo e documentação apresentada em anexo.

**1. Dados do prestador de serviço:**

Nome do prestador de serviço\*: \_\_\_\_\_

Data de nascimento\*: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ\*: \_\_\_\_\_

RG\*: \_\_\_\_\_

Telefones\*: ( ) \_\_\_\_\_ Placa do veículo (categoria A) \_\_\_\_\_

E-mail\*: \_\_\_\_\_ N° CADASTUR: \_\_\_\_\_

Endereço\*: \_\_\_\_\_

Categoria requerida\*: ( ) A ( ) B ( ) C ( ) D

Grupo de alimento predominante a ser comercializado\*\*: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4

Grupo de alimento alternativo a ser comercializado\*\*: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4

Local(is) de interesse de comercialização de alimento:

( ) piscinas naturais ( ) cachoeira ( ) cidades (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º)

Datas de interesse de comercialização de interesse:

( ) fins de semana ( ) feriado ( ) todos os dias

Haverá a necessidade de uso de veículos no interior da unidade de conservação para o transporte de alimentos?

( ) não ( ) sim

Documentos apresentados:

( ) Licença de funcionamento; ( ) Certificado do Corpo de Bombeiros para a categoria C;

b. **Lista de prestadores de serviço envolvidos na operação\***:

Nome	CPF	Possui Certificado***

\* itens obrigatórios.

\*\* para fins de participação no sorteio caso o número de candidatos às vagas disponíveis for maior que o limite estabelecido pela unidade de conservação em calendário, não sendo excluído comercializar itens dos demais grupos.

\*\*\*Todos os prestadores de serviço envolvidos na operação devem ter o Certificado de Boas Práticas de Manipulação em Serviços de Alimentos.

---

Local, data e assinatura

### **ANEXO III**

#### **MODELO**

#### **DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO REGULAR**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_, DECLARO que conheço e assumo os riscos inerentes à prestação de serviços no interior do Parque Nacional de Sete Cidades e, portanto, responsabilizo-me pela minha segurança e de minha equipe, isentando o ICMBio de qualquer responsabilidade em caso de acidente.

DECLARO ESTAR CIENTE DE QUE:

- Áreas naturais apresentam riscos, tais como choque térmico, afogamento, rajadas de vento, isolamento, animais peçonhentos, entre outros;
- De que poderei ser responsabilizado por quaisquer danos causados aos visitantes, oriundos da prestação de meus serviços.





Nº de identificação do autorizado: /

Validade: DD/MM/AAAA

Esta Autorização tem validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser revogado a qualquer tempo por interesse da administração ou prorrogado, mediante manifestação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o interesse da Administração e a legislação pertinente.

## RESPONSABILIDADES

I - desenvolver seu trabalho regido pela ética e se materializar no desempenho da prestação dos serviços de modo adequado, tendo em vista regramentos da unidade de conservação;

II - tratar cuidadosamente os visitantes aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público com cortesia, moralidade, boa conduta, urbanidade, disponibilidade e atenção;

III - manter os dados do credenciamento e habilitação atualizados;

IV - exercer exclusivamente os serviços previstos na Autorização;

V - exercer a prestação do serviço somente em dias, horários e locais permitidos;

VI - respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

VII - ter conhecimento sobre as áreas da unidade de conservação em que estão previstas atividades de visitação, as normas do(s) atrativo(s) em que irá operar e as regras da unidade de conservação, conforme estabelecido em seu Plano de Manejo, bem como zelar pelo seu cumprimento;

VIII - informar aos visitantes sobre a biodiversidade e sobre a importância ecológica e social da unidade de conservação;

IX - se responsabilizar pelos procedimentos em casos de intoxicação alimentar resultantes do alimento comercializado;

X - zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato à unidade de conservação a utilização indevida por terceiros;

XI - orientar os visitantes sobre procedimentos relacionados à coleta, acondicionamento e à deposição do lixo durante a visita, assim como realizar o adequado gerenciamento dos resíduos produzidos durante a operação das atividades no interior da unidade de conservação;

XII - responsabilizar-se por todo resíduo gerado, inclusive aqueles não destinados adequadamente pelos seus clientes;

XIII - dar destinação adequada aos resíduos gerados pelos seus clientes;

XIV - exigir dos seus empregados a observância das normas da unidade de conservação, bem como lhes dar ciência de que a Autorização não representa qualquer tipo de vínculo empregatício com a Autarquia;

XV - responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros e à unidade de conservação;

XVI - adotar medidas preventivas para evitar a presença e introdução de vetores e pragas na unidade de conservação.

XVII - permitir a vistoria da área do objeto da Autorização a qualquer tempo para o efetivo exercício da fiscalização;

XVIII - ofertar e comercializar alimentos embalados e prontos para consumo na impossibilidade de dispor de equipamento ou estrutura acessível para a higiene das mãos dos manipuladores;

XIX - comunicar à equipe da unidade de conservação a ocorrência de dano ambiental ou infração presenciada durante a atividade, seja pelo seu grupo ou por terceiros, tão logo seja possível;

XX - informar imediatamente à gestão da unidade de conservação quaisquer incidentes, acidentes ou outras situações anormais ocorridas;

XXI - observar as normas existentes relacionadas à acessibilidade;

XXII - manter os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento para operar a prestação de serviço;

XXIII - prestar informações à unidade de conservação estatísticas acerca do quantitativo de pessoas atendidas e/ou quantidade de itens comercializados durante o prazo de validade da Autorização;

XXIV - cumprir as normas de postura, higiene, limpeza, saúde pública, segurança pública, trânsito, meio ambiente, nos termos da legislação vigente;

XXV - não suspender o serviço de comercialização de alimentos durante o horário de funcionamento sem prévia comunicação à unidade de conservação;

XXVI - manter em local visível, durante o período de operação, os documentos necessários à identificação e à Autorização de funcionamento do empreendimento, em especial aqueles emitidos pela Vigilância Sanitária;

XXVII - instalar e recolher toda a estrutura móvel e mobiliário como cadeiras, mesas e tendas antes e após a finalização de sua operação;

XXVIII - os alimentos preparados fora da unidade de conservação devem possuir identificação (denominação do produto, nome do produtor e endereço), data e hora de preparo, além da temperatura ideal de conservação e validade;

XXIX - garantir as condições higiênico-sanitárias dos alimentos, observados os requisitos de Boas Práticas e de Procedimentos Operacionais Padronizados estabelecidos nas legislações sanitárias vigentes;

XXX - implantar boas práticas na comercialização dos produtos, por meio da utilização de materiais biodegradáveis, preferencialmente; da prática do consumo consciente; do incentivo aos consumidores para a redução do uso de descartáveis;

XXXI - dispor de instrumentos para destinação adequada dos resíduos sólidos, como separação de resíduos, em tamanho compatível com a quantidade de resíduos gerados;

XXXII - manter conservada e limpa a área de consumação, durante a operação e imediatamente após seu encerramento, responsabilizando-se pela higienização da área designada;

XXXIII - possuir depósito de captação dos resíduos líquidos gerados, incluindo de óleo, para posterior descarte, de acordo com a legislação vigente e fora dos limites e proximidades da unidade de conservação;

XXXIV - dispor de sistema próprio de água, limpeza e outros decorrentes da instalação e do uso dos equipamentos além de água potável e com autonomia para atender a necessidade de água durante toda a operação;

Para a categoria D, desconsiderar os itens XXVII e XXXI, XXXII e XXXIII.

## **ORIENTAÇÕES**

Em caso de extravio, furto ou destruição desta Autorização, o ICMBio deverá ser comunicado imediatamente para fins de cancelamento e substituição.

**DO CANCELAMENTO, DA REVOGAÇÃO E DA CASSAÇÃO**

Caso não haja mais interesse do prestador de serviço na continuidade do serviço de comercialização de alimentos no Parque Nacional de Sete Cidades, deve-se, por meio de manifestação escrita, requerer o cancelamento da presente Autorização ao chefe da unidade de conservação.

No interesse da Administração, a Autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante notificação ao prestador de serviço, não lhe sendo devida qualquer espécie de indenização, considerando o parágrafo único do Art. 24 da Portaria nº 771 de 10 de dezembro de 2019.

Independentemente de prazo, os prestadores de serviço poderão ter a Autorização suspensa ou cassada no caso do cometimento de infrações, sendo-lhes aplicadas as sanções previstas na Portaria nº 771 de 10 de dezembro de 2019, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis à espécie.

CIDADE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Chefe do Parque Nacional de Sete Cidades/ICMBio

\_\_\_\_\_  
Autorizado



Documento assinado eletronicamente por **Waldemar Justo do Nascimento Neto, Chefe**, em 06/04/2020, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **6946230** e o código CRC **C5AE105A**.